



PROJETO DE LEI Nº 03, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

“Dispõe sobre a obrigatoriedade do faturamento do consumo de água nas unidades atendidas pelo Município de Entre Rios de Minas e dá outras providências.”

A Câmara Municipal de Entre Rios de Minas, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Município de Entre Rios de Minas - MG obrigado a executar a medição do consumo de água, onde o mesmo é responsável pelo abastecimento, disponibilizando a fatura ao munícipe no momento da leitura.

Parágrafo único - A determinação imposta no *caput* deste artigo servirá a todas as comunidades rurais, distritos e bairros urbanos localizados no território do Município de Entre Rios de Minas, os quais o fornecimento de água é realizado pelo Município.

Art. 2º - Os parâmetros adotados para efetuar a cobrança deverão obedecer a legislação em vigor, regulamentada pelos decretos municipais que estipulam as alíquotas de cobrança.

§1º - O Município deverá incluir na fatura uma relação que disponha o volume de água consumido, a fim de promover a transparência e o controle por parte do consumidor.

§2º - As informações sobre o consumo, tarifas, valores, multas e juros devem estar dispostas de forma clara e objetiva.

Art. 3º - Fica o Município autorizado a adquirir os equipamentos que sejam necessários para o fiel cumprimento desta Lei.

Art. 4º - Esta lei será regulamentada, no que couber, em até 60 (sessenta) dias da data de sua publicação.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor em 30 (trinta) dias após a sua publicação.

Câmara Municipal de Entre Rios de Minas, em 15 de fevereiro de 2022.


Rodrigo de Paula dos Santos Silva
Vereador



Entre Rios de Minas, em 15 de fevereiro de 2022.

JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI

Srs. Vereadores,

Com minhas cordiais saudações, venho apresentar à V. Exas. o Projeto de Lei nº 03, de 15 de fevereiro de 2022, que visa atribuir ao município a obrigatoriedade do faturamento de consumo de água nas unidades cujo Município seja o responsável pelo abastecimento.

Importante esclarecer que tal projeto visa facilitar ao contribuinte atendido com a prestação de serviço de abastecimento de água realizado pela Prefeitura, em sua maioria moradores da zona rural, e que raramente podem vir à cidade para a retirada das Guias de Arrecadação Municipal (DAM), deixando de pagar suas contas, resultando na aplicação de multas e juros, com risco de inscrição na Dívida Ativa do Município sem qualquer notificação a respeito.

Com o cumprimento da medida prevista pelo presente Projeto de Lei, a Prefeitura poderá entregar ao contribuinte a fatura do mês anterior, quando da leitura do consumo do mês vigente ou ainda dispor de um equipamento próprio que promova o faturamento no próprio ato da leitura. Assim, busca-se-á um controle efetivo do faturamento de água, contribuindo para a arrecadação municipal e sem surpresas pelo acúmulo de dívidas aos consumidores da zona rural.

Assim sendo, acredita-se ainda este subscrevente que as inadimplências não existirão a partir da implantação deste procedimento.

Por esta razão, peço atenção aos nobres pares ao referido Projeto de Lei, agradecendo, de imediato, a atenção de V. Exas. na certeza da sensibilidade para aprovação à iniciativa que ora vos apresentamos.

Atenciosamente,

Rodrigo de Paula dos Santos Silva
Vereador